

Senna afirma que só

20 ABR 1985

controle do deficit

faz inflação baixar

Rio — O diretor da Dívida Pública do Banco Central (Didip), José Júlio Senna, afirmou ontem, no Rio, que os juros permanecerão elevados e a inflação não cederá, caso seja mantido o conflito entre a política monetária e a política fiscal no tratamento do déficit público, o grande responsável pelas altas taxas praticadas no sistema financeiro.

Após alertar para as consequências sociais que essa situação provoca, Senna disse que o único caminho para a solução é o controle do déficit público, de preferência pela redução de gastos, porque resolver o conflito mediante maior emissão de moeda «seria inconcebível». Pelos motivos apontados, ressaltou que, «como isto se processa sempre de forma lenta, os juros deverão cair apenas após algum tempo, em resposta ao corte fiscal».

Ao falar no Seminário sobre Open Market, promovido pela Associação de Bancos do Estado do Rio de Janeiro, o Diretor da Didip garantiu que a redução das taxas de juros de modo artificial resultaria «não apenas em mais inflação, mas, talvez principalmente, numa séria crise cambial, em poucos meses», na medida em que a ausência de estímulos à poupança doméstica estimule a fuga de capitais. «Hoje está difícil a entrada de novos recursos externos mas a saída de capital, no entanto, é mais fácil, bastando haver desestímulos à sua permanência».

Após reafirmar que «será difícil conseguir juros substancialmente mais baixos em nosso País», Senna ressaltou que os problemas que o elevado custo do dinheiro provoca na dívida interna são, na sua opinião, bem menores do que os provocados na dívida externa. Explicou que, em 31 de dezembro do ano passado, os empréstimos ao setor público, obtidos junto à rede bancária doméstica, somavam cerca de Cr\$ 60 trilhões, enquanto os contratados no exterior atingiam quase Cr\$ 250 trilhões. «As pessoas parecem esquecer que a dívida do Governo, sob forma de empréstimos junto aos bancos internacionais e ao sistema bancário doméstico é bem maior do que a dívida em títulos federais, porque esta, ao final do ano passado, somava Cr\$ 50 trilhões, representando peso de 15% no total do endividamento público», afirmou o diretor da Didip.

Senna também falou das dificuldades do controle monetário no Brasil, por adotar uma política diferente dos grandes centros financeiros, como os Estados Unidos, onde o Banco Central é normalmente comprador líquido de papéis, «enquanto que o nosso é vendedor líquido, uma diferença fundamental, pois ressalta a nossa principal dificuldade». Segundo explicou, no Brasil, primeiro ocorrem os dispêndios, para em seguida o Banco Central tentar enxugar a liquidez do mercado, ou seja, retirar o dinheiro, razão pela qual «torna-se uma tarefa dura essa de correr atrás do que já foi gasto».

JORNAL DE BRASÍLIA